

Constituinte mudará o quadro partidário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Acredita o ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, numa ampla reformulação partidária em função da Assembléia Nacional Constituinte. Não se trata, para ele, necessariamente, da mudança de siglas, mas da acomodação de tendências ideológicas. Poderão até continuar o PMDB, o PFL, o PDT, o PTB, o PT e outros partidos, mas, com certeza, seus quadros passarão por sensíveis alterações.

Com a Constituinte e os debates profundos a respeito das estruturas política, econômica e social, não haverá como deixarem de se aglutinar aqueles que pensam igual, o que não acontecerá hoje. Os partidários do estatismo, de um lado, e os da privatização, de outro. Os defensores do parlamentarismo e os defensores do presidencialismo, em lados opostos. Os afetos ao fortalecimento da federação e os que se inclinarem pelo centralismo administrativo. Os que preferirem o modelo econômico baseado na exportação ampla e os que optarem pela ampliação do mercado interno.

E assim por diante. Cada tema servirá como divisor de águas, muitas vezes confundindo os constituintes, mas, com o tempo e os debates, algumas correntes bem nítidas surgirão, aglutinando o conjunto em três ou quatro tendências maiores. Para usar rótulos já ultrapassados, mas ironicamente pertinentes ao entendimento amplo, estarão formados, ao final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, grupos de centro, de centro-esquerda, de esquerda e até de direita. As legendas servirão para agrupá-los, podendo ser as atuais ou outras, novas. Mas o fato principal estará em que os grupos terão supremacia sobre as legendas, ou seja, darão a elas a sua conotação política. Uma equação oposta ao que acontece hoje.

Maciel nega a possibilidade de, durante os trabalhos constituintes, ser tentada a formação do PJS, isto é, do Partido José Sarney. O presidente já desmentiu qualquer intenção a respeito e, pelo que prevê, terá passado o momento de partidos organizados ao redor de pessoas. As definições serão motivadas por fatores ideológicos. Ou doutrinários.

Por enquanto, assim, importa ir levando o andar com cuidado. O equilíbrio de forças partidárias apresenta-se precário, mas é o que possuímos para atravessar a fase ainda de transição. Não tem sido fácil manter a Aliança Democrática,

já que ela se compôs no plano nacional para um objetivo maior, a eleição de Tancredo Neves e de José Sarney. Na maioria dos Estados, registra-se a impossibilidade de entendimento entre o PMDB e o PFL. É evidente que tudo se fará, no Palácio do Planalto, para favorecer e facilitar a composição, mas a palavra de ordem é para que cada Estado busque e apresente as suas soluções, sem imposições e interferências de Brasília. Daí a disposição do presidente José Sarney de não participar das campanhas. Ele até poderia, mas apenas se os dois partidos que formam a Aliança Democrática estivessem unidos.

Há problemas de âmbito interno, no PMDB e no PFL, o que complica ainda mais o quadro. As estruturas partidárias estão em treque, sem dúvida, prevalecendo em muitos casos o personalismo. Coisa que apenas com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte poderá ser solucionada.

O chefe do Gabinete Civil também acentua estar afastada a tese da reeleição de Sarney, depois que o próprio presidente botou um ponto final dizendo que não a aceitaria, se instituída. Para Marco Maciel, prerrogativa sempre cheia a corrupção. Imagine-se a proposta aprovada no plano federal. O que aconteceria nos Estados e municípios senão a automática aplicação do princípio? E qual o governador ou o prefeito que, um dia depois de sua eleição, deixaria de começar a preparar a reeleição, para quatro anos depois? Não se reeleger equivaleria a sinal de fraqueza, humilhação impossível de ser aceita. Valeria tudo.

Em seu entender, a Assembléia Nacional Constituinte será soberana para cuidar da questão do mandato presidencial. A atual Constituição fala em seis anos, que poderão ser mantidos. A tradição moderada, de 1945 a 1964, dispôs cinco anos, Tancredo Neves sugeria quatro. É evidente, para o ex-governador de Pernambuco, que a conjuntura política vigente no próximo ano ditará as tendências da Constituinte. O prestígio popular do presidente José Sarney surge inegável. Já era assim antes das medidas econômico-financeiras de combate à inflação, muito mais ficou depois delas. Os efeitos do pacote pesarão na decisão dos constituintes, já que eles deverão refletir os sentimentos do eleitorado. Mas parece cedo para especulações maiores. Obviamente, nas eleições de novembro, a continuar o processo como vai, estarão beneficiados os candidatos que mais se integraram com o chefe do governo.

G.C.